

# Existirmos, a que será que se destina?

Laércio Meirelles<sup>1</sup>

O objetivo desse capítulo é tecer considerações sobre o momento da Certificação Participativa, também denominada Sistemas Participativos de Garantia, no Brasil e no mundo. Para tanto, é necessário dar um passo atrás no curso do tempo e contar a história da origem desses termos, história que tive a oportunidade de vivenciar desde o princípio.

## Breve histórico

A primeira vez que ouvi o termo Certificação Participativa foi no Núcleo Técnico Agropecuário – NTA, da Cooperativa Ecológica Coolméia<sup>2</sup>. Estávamos no ano de 1992 e a FAE – Feira dos Agricultores Ecologistas, organizada pela cooperativa, funcionava desde 1989. Por essa época, alguns membros da FAE começaram a falar em certificação. Eram feirantes que representavam algumas organizações e por alguma razão tinham vínculos com a Europa, nos trazendo de lá a novidade da obrigatoriedade da certificação. Só alguns anos depois percebemos que essa informação era proveniente da recém divulgada legislação europeia sobre o tema, o Regulamento 2091/92.

No âmbito do NTA alguns de nós reagimos a essa ideia de sermos obrigados a pagar a uma empresa para que nos certificasse. Pareceu-nos incoerente que as famílias agricultoras devessem pagar para que lhes fosse dito o que elas já sabiam: que seus produtos eram ecológicos, adjetivo que então priorizávamos. A reação foi imediata. Em um primeiro momento, o NTA colocou-se como contrário à certificação. Imperialismo ou neocolonialismo verde foram algumas das expressões que usamos para expressar a indignação que sentimos com esses ares frescos, com cara de antigos, que vinham do velho continente. Em um segundo momento, julgamos que nos dizer contrários à

---

<sup>1</sup> Laércio Meirelles é agrônomo, formado em 1987 pela Universidade Federal de Viçosa. Desde 1988 trabalha no Centro Ecológico ([www.centroecologico.org.br](http://www.centroecologico.org.br)), instituição da qual hoje é coordenador. Dedicou toda sua vida profissional à promoção da agroecologia. Nessa área, é autor de dois livros: Vozes da Agricultura Ecológica e Vozes da Agricultura Ecológica II.

<sup>2</sup> A Cooperativa Ecológica Coolméia foi fundada em 1978, no seio da GFU – Grande Fraternidade Universal. Era um grupo de entusiastas que pensavam a frente do seu tempo, tendo a alimentação integral e vegetariana como um valor chave e a compreensão do cooperativismo como ação econômica da Nova Era. A Coolméia é fundadora da FAE – Feira de Agricultores Ecologistas, a primeira do Brasil a comercializar apenas produtos ecológicos/orgânicos. Fechou suas portas em 2004 deixando um legado de cooperativismo e ecologismo únicos na história do ambientalismo nacional.

certificação poderia causar a impressão que os produtos da FAE não seguiam o consenso mundial formado ao redor do termo orgânico ou ecológico, não sendo, portanto, certificáveis. Para não dar margem a essa interpretação, mudamos o rumo do discurso. Nossos produtos seguiam esse senso comum sobre o termo produto ecológico e eram sim certificados, mas por um método diferente, autóctone, gerado naquele mesmo espaço. Foi nesse momento que ouvi pela primeira vez o termo certificação participativa, cunhado em uma das reuniões do NTA.

Em 1992/3, não sei precisar, a Coolméia mandou imprimir o primeiro selo, que tenho conhecimento, com o termo certificação



participativa, complementado com a expressão “agricultor – consumidor”, e que trazia ainda a logomarca da cooperativa. As expressões “Alimento Ecológico” e “Produto Orgânico” eram também usadas. Considero esse selo de uma felicidade singular, nos dando uma dimensão da densidade das percepções que eram desenvolvidas naquele ambiente.

Durante os anos seguintes, mantivemos, no âmbito da Coolméia, nossa posição de contrários à certificação tal como vinha proposta dos países do norte. E prosseguimos buscando desenvolver um método, que gerasse a credibilidade dos produtos, mais adequado à realidade dos “pequenos produtores” dos países do Sul. A pergunta que nos orientou pra desenvolver o que em um primeiro momento, de forma intuitiva, chamamos de certificação participativa foi: em que momentos entre a produção e o consumo geramos a credibilidade do que vendemos? Em conversas e reuniões definimos que a credibilidade era em um primeiro momento gerada a partir da confiança conferida à palavra da família agricultora, para posteriormente ser consubstanciada em seu grupo local, que naturalmente tinha conhecimento do que se passava em cada propriedade, e na relação com os consumidores, através de conversas na feira ou de eventuais visitas que ocorriam, de forma natural ou organizadas pela própria feira.

Nesse momento entra em cena outro ator: A Rede TA Sul<sup>3</sup>, que reunia ONGs que se articulavam ao redor da temática da agroecologia. Através dela, a certificação participativa foi sendo disseminados no Sul do País e também em outras regiões. Dessas conversas e intercâmbios entre Organizações Não Governamentais (ONGs) e famílias por elas assessoradas, surgiu a Rede Ecovida de Certificação Participativa, em 1998, primeiramente no Estado de SC. Em 1999 diversas organizações de agricultores do Paraná e do Rio Grande do Sul, bem como outras organizações da sociedade civil de apoio à agroecologia, decidem ingressar na Rede Ecovida que, em 2001, passa a denominar-se Rede Ecovida de Agroecologia.

Simultaneamente, o Centro Ecológico, nesse instante ativo membro do MAELA – Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe, encarrega-se de disseminar essa ideia junto a organizações Latino-americanas. Em fim dos anos noventa e início de 2000, o MAELA assume a certificação participativa como uma estratégia a ser incentivada junto a organizações camponesas em seu âmbito escopo de atuação.

No início de 2000, a partir de uma série de reuniões, organizações brasileiras do campo da agroecologia articulam-se para construir o marco legal brasileiro da agricultura orgânica. Entretanto, o esforço de incluir a certificação participativa na legislação que regulamenta a produção orgânica encontra forte resistência por parte de organizações associadas à certificação por terceira parte. Nesse momento, início do século, em inúmeros foros internacionais, ouvimos críticas severas a esse modo de garantir a credibilidade dos produtos orgânicos, visto como pouco confiável por aqueles que haviam gestado a certificação por auditoria no seio do movimento de agricultura orgânica e tinham dificuldades em ver outras possibilidades para gerar credibilidade ao produto orgânico.

---

<sup>3</sup> A Rede TA Sul é oriunda da Rede PTA – Projetos em Tecnologias Alternativas, surgida como Projeto PTA – FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), em 1983, articulando instituições de diversos estados do Brasil e provocando-as a buscar enfrentar o modelo de desenvolvimento da Revolução Verde.

Em 2004, entretanto, ocorre uma significativa mudança nesse cenário. Foi quando, em uma articulação que tardou dois anos, MAELA e a IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica), promovem o Seminário



Seminário Internacional de Certificação Alternativa - Ifoam / Maela, Torres, RS

Internacional de Certificação Alternativa. O próprio nome escolhido para o Seminário – “Certificação Alternativa, e sugerido pela IFOAM, indica sintomaticamente que o termo “participativo” era percebido com ressalvas. Especula-se que esta resistência era justamente pelo fato do método proposto pela Rede Ecovida não inspirar confiança nos defensores da certificação por auditoria.

O Seminário, realizado em Torres – RS, foi um marco significativo para o avanço da certificação participativa. Foram 45 participantes, de 21 países, dos cinco continentes, escolhidos em um rigoroso processo de seleção, reunindo representantes de experiências concretas e pessoas chave no movimento de agricultura orgânica internacional.

Ao fim desse Seminário, dentre os encaminhamentos, uma proposição usual nesse tipo de situação. Alguém propõe e todos aceitam que “os participantes comprometer-se-iam a trabalhar pela divulgação dessa ideia em seus países”. Essa resolução simples, que muitas vezes é tomada sem maiores consequências, nesse caso teve uma força própria, pois de fato foi o que ocorreu. Vários participantes voltaram para suas organizações e promoveram um trabalho efetivo na direção de divulgar e implementar Sistemas Participativos de Garantia. Este foi o caso, por exemplo, do representante da ANPE (Associação Nacional dos Produtores Ecológicos) – Peru, que imediatamente começou a implementar um SPG que hoje funciona em boa parte do país, com mais de três mil certificados entregues. Outro exemplo é a APODU – Associação de Produtores Orgânicos

do Uruguai, que migraram da Urucert, iniciativa dos próprios produtores e que tinha seu trabalho baseado na certificação por auditoria, para o SPG Red de Agroecologia.

A propósito, o próprio termo “SPG” foi cunhado no referido Seminário de 2004. Naquele momento, alguns dos participantes argumentavam que o termo “certificação” pressupunha uma metodologia de avaliação da conformidade já definido, baseado em auditorias independentes realizadas por empresas acreditadas por organismo independente e especializado em normas técnicas de determinado setor. Assim, e para ampliar a possibilidade de difusão da iniciativa, chegou-se a um consenso para a adoção do termo SPG – Sistema Participativo de Garantia.

## O Cenário Atual

Agora é hora de dar um salto de quinze anos na linha do tempo e darmos um panorama do cenário atual em relação a essa inovadora metodologia de avaliação da conformidade, como vimos uma iniciativa brasileira que ganhou mundo. Mas ainda citar que, ao longo desse tempo, surgiram duas instâncias que buscam promover os SPGs dentro de uma visão que respeita seus princípios originais. Refiro-me aos Foros Brasileiro e Latino-americanos de SPGs. A Carta de Princípios do Foro Brasileiro de SPGs, construída à luz da Carta De Princípios do Foro Latino-americano de SPGs, encontra-se nesse mesmo livro.

Como dizíamos, quinze anos após o Encontro de Torres, são muitos os trabalhos de promoção da agricultura orgânica ao redor do mundo, que hoje utilizam a metodologia dos SPGs para garantir a qualidade dos seus produtos e melhorar sua inserção em mercados que pedem algum tipo de



Reunião de Criação dos Foros Latino - americanos e Brasileiros de SPGs,  
Antônio Prado, RS

reconhecimento ou garantia. Quem melhor sistematiza essas experiências é a Ifoam que desde o encontro de 2004 promove os SPGs ao redor do mundo.

Ifoam, atualmente, possui quase 800 organizações e indivíduos filiados, espalhados por mais de 100 países. Isso confere a essa organização uma significativa capilaridade. Nesse sentido, o fato da Ifoam assumir a promoção dos SPGs deu-lhe uma forte visibilidade e, posteriormente, um alcance substancial considerando o papel marginal que esse tema ocupava no cenário do movimento de agricultura orgânica no mundo. Além de promover os SPGs, através de cursos, palestras, participação em eventos ou desenvolvimento de projetos em diferentes regiões do planeta, Ifoam também realiza um trabalho de compilar dados que permitem um diagnóstico sobre a presença dessas iniciativas em várias partes do mundo.

Em fevereiro de 2019, como em todos os anos, foi publicado mais uma atualização dos números da Agricultura Orgânica, em Nuremberg, Sul da Alemanha, por ocasião da mais importante feira de produtos orgânicos do mundo, a Biofach. Esse trabalho é realizado por um conceituado instituto de pesquisa que tem sua principal sede na Suíça, o FiBL, e seus resultados podem ser encontrados no sítio eletrônico dessa instituição. É nessa publicação que pode-se encontrar um artigo escrito por Joelle Katto, Cornelia Kirchner, Flávia Castro e Federica Varini, todas integrantes da equipe de *IFOAM – Organics International*. Elas que compilaram os dados que são apresentados abaixo.

O gráfico a seguir demonstra como tem aumentado o número de agricultores que tem a qualidade da sua produção orgânica atestada por SPGs em diferentes partes do mundo.



Se o gráfico aponta que o número de agricultores envolvidos em SPGs têm crescido, a tabela abaixo aponta como esse crescimento tem ocorrido de em diferentes continentes e países.

Continentes/países	SPG em operação (por país)	SPG em desenvolvimento (total)	Produtores certificados (total)	Produtores envolvidos (total)
<b>África</b>				
Burundi, Etiópia, Marrocos, Ruanda e Senegal	0	5	0	2.902
Benim, Burkina Faso, Moçambique, Namíbia, Nigéria e Zimbábue	1	0	1.470	2.274
Tanzânia	3	0	515	2.045
África do Sul	4	5	271	371
Quênia	6	9	178	930
Uganda	14	6	2.216	9.273
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>25</b>	<b>4.650</b>	<b>17.795</b>
<b>Ásia</b>				
Bangladesh, Butão, China, Japão, Quirquístão e Paquistão	0	9	4	1.219
Coreia do Sul, Laos, Myanmar, Sri Lanka e Taiwan	1	10	415	3.214
Índia e Indonésia	2	0	113.237	333.925
Nepal e Vietnã	3	1	334	638
Camboja	4	3	177	222
Filipinas e Tailândia	5	15	1.382	3.581
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>38</b>	<b>115.549</b>	<b>342.799</b>
<b>Europa</b>				
Bósnia, Hungria e Turquia	0	3	0	28
Bélgica e França	1	1	1.061	1.261
Espanha e Itália	2	3	66	105
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>1.127</b>	<b>1.394</b>
<b>Américas</b>				
Belize, Cuba, Guatemala e Porto Rico	0	4	0	257
Argentina, Bolívia, Canadá, EUA, Paraguai e Uruguai	1	1	8.487	12.591
Equador	4	1	765	2.578
Costa Rica	5	0	31	82
Colômbia	6	4	312	526
México	7	1	113	273
Peru	8	4	3.014	3.244
Chile	15	0	233	233
Brasil	26	0	5.401	5.401
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>15</b>	<b>18.996</b>	<b>25.185</b>
<b>Oceania</b>				
Ilhas Cook e Samoa	0	2	0	13
Austrália, Ilhas Salomão, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Polinésia Francesa, Quiribati e Vanuatu	1	0	293	1.184
Fiji	4	2	1.156	2.199
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>2.633</b>	<b>3.905</b>
<b>Total Geral</b>	<b>156</b>	<b>89</b>	<b>142.955</b>	<b>391.078</b>

Tanto o gráfico quanto a tabela demonstram, de forma inequívoca, que os SPGs são uma realidade no mundo da agricultura orgânica.

Obvio que essas realidades são dinâmicas, e números coletados há um ano já perdem algo de sua vigência. Mas mantém sua capacidade de nos dar uma fotografia que, se não retrata fielmente a realidade, ao menos nos aproxima dela. Mas, e para além dos números, o que nos diz o momento pelos quais passam os SPGs?

## **Além dos Números**

Para além dos números que nos trazem algo da situação objetiva dos SPGs no mundo, gostaria de tecer comentários sobre dois aspectos que estão permanentemente na pauta quando falamos dessa metodologia de avaliação da conformidade de um produto ou serviço, mas que também tem sido interpretada como uma forma de organização ao redor da produção e consumo de produtos ecológicos. Esse duplo conceito que podem assumir os SPGs – avaliação de conformidade e método organizacional – na maioria das vezes andam de mãos dadas, ou ao menos possuem uma grande interface. Independente de determinado SPG ser identificado como uma forma de avaliação da conformidade ou como uma metodologia de organização social, algumas perguntas são pertinentes. Como pretende estabelecer sua relação com o Estado? Quais

seus objetivos e valores primordiais, dos quais não deveria abrir mão durante seu processo organizativo e funcionamento cotidiano? São sobre essas duas questões que gostaria de fazer alguns comentários.

## **Relação com o Estado**

Os SPGs possuem, essencialmente, um DNA anárquico. Nasceram com intuito de dizer ao Estado que quem consome e produz produtos ecológicos tem capacidade de garantir a qualidade do que faz, a idoneidade do que produz e consome. Que excesso de regulações tem o potencial de mais inibir do que estimular essa saudável forma de relação entre a produção e o consumo.

Occorre que viver à margem do Estado não é um desejo de todos, talvez seja de poucos. À medida que mais pessoas somaram-se a iniciativas dessa natureza, e que essas, como vimos, tomaram uma dimensão muito maior do que o imaginado no início, muitos clamaram por regulação no Estado. Estar dentro da Lei passou a ser um objetivo, com

justificadas razões para isso. Afinal, estar fora dela muitas vezes acarreta riscos e restringe possibilidades. Como ser beneficiado por políticas públicas se não somos reconhecidos pelo marco legal? Também a presença em determinados espaços pode ser limitada quando navegamos fora da lei, mercados estabelecidos, grandes e pequenos, naturalmente exigem que seus fornecedores ajam de acordo com o previsto na legislação. E o que falar de compras públicas? Por razões óbvias só podem ser realizadas por quem cumpre os regulamentos propostos pelo mesmo governo que compra. Assim, por essas e outras razões, estar dentro da Lei passou a ser um objetivo para os envolvidos em SPGs, em várias partes do mundo. Particularmente, venho acompanhando esse processo em vários países da América latina e em alguns países Africanos.

Ocorre que a regulamentação, que traz esses benefícios mencionados, traz também custos. A regulamentação não dialoga com o que denominei DNA anárquico dos SPGs. No Foro Latino-americano de SPGs, muitas vezes esse tema foi debatido em nossos encontros. Vejamos o que diz a Carta de Princípios do Foro elaborada em 2009:

*O marco legal da Agricultura Orgânica dos distintos países devem reconhecer os SPGs em toda sua diversidade, sem impor procedimentos que levem à descaracterização destes sistemas.*

Devemos entender descaracterização como sendo a imposição de regras que tiram dos SPGs suas características de horizontalidade e simplicidade dentre outras. Quando a legislação brasileira obriga que os SPGs tenham um Comitê de Recursos para dirimir contraditórios relacionados à certificação, está ferindo o princípio da horizontalidade. Se o grupo definiu pelo desligamento de um agricultor, por haver perdido a confiança, o que pode fazer um Comitê de Recursos? Alterar o definido pelo grupo local? Entendemos que não deveria. Instâncias de mediação são necessárias em qualquer organização social, mas nos SPGs elas se dão de forma horizontal, com um grupo colaborando com outro, um núcleo, conjunto de grupos, caso exista, colaborando com outro. Outro exemplo: quando o marco legal exige dos SPGs volume de evidências, tais como cadernos de campo, planos de manejo, descrição de todas espécies plantadas e comercializadas, atas de visitas e outros, está ferindo o princípio da confiança, além de afastando-se da realidade cultural das famílias agricultoras e povos e comunidades tradicionais de boa parte do nosso continente ou de outras partes do planeta.

Espero, com esses breves exemplos, ter me feito entender sobre as agruras dos SPGs em sua relação com o Estado.

O resultado dessa equação ainda está sendo buscado, mas o que mais tenho observado, conhecendo SPGs de mais de vinte países, que esses têm optado pelo reconhecimento, assumindo assim o ônus que recaem sobre ao menos alguns dos seus princípios, em troca de estarem aptos a serem beneficiados pelas vantagens da legalização. Também é verdade que, em determinados grupos, existe um firme desejo de regressar à simplicidade inerente à proposta original. Nesse quadro, vejo grupos que desligam-se do SPG do qual participam e ainda outros locais onde existe um clamor por alternativas ao SPG, sendo esses considerados já cooptados pelo “sistema” ao verem-se compelidos a cumprir com as exigências da legislação, afastando-se dos princípios que os impulsionaram.

### **Avaliação da conformidade sim, mas o que mais?**

Podemos dizer que os SPGs são criadores ou criaturas de uma dinâmica social que pretend fomentar a produção e o consumo de produtos ecológicos. Comporta-se como criatura quando essa dinâmica está instalada em determinado território e sente-se a falta de um mecanismo que possa conferir legitimidade ao uso da palavra ecológico ou orgânico para essa produção. Essa necessidade de conferir legitimidade ao uso desses termos, costuma advir por pressão do próprio mercado ou pela imposição da legislação vigente. Em alguns casos os próprios produtores demandam esse mecanismo, advogando que o uso de um selo faria mais visível a mensagem que gostariam de passar ao consumidor e os protegeria de eventuais atitudes fraudulentas de outros produtores. Os SPG comportam-se como criador dessa dinâmica quando o trabalho de estímulo à criação de uma Rede de produção e consumo de produtos ecológicos em determinado espaço geográfico está por começar, a partir de poucas experiências existentes. Para alguns, a metodologia dos SPGs, com suas reuniões, estímulo a trocas de experiências e conhecimentos, visitas mútuas às propriedades e necessidade de atualização constante sobre as normativas orgânicas é uma excelente maneira de estimular a conformação dessa Rede territorial.

Em uma ou outra situação, os SPGs devem estar atentos as suas qualidade que ultrapassam a capacidade de conferir credibilidade ao produto. Fundamentalmente,

considero que os esforços para desenhar, instalar e pôr a dinâmica de um SPG para funcionar justifica-se muito mais por seus efeitos colaterais do que pela credibilidade orgânica que emerge do Sistema. Em um SPG os produtores definem e/ou ratificam o desenho do sistema. Naturalmente irão incluir visitas de verificação da conformidade de um a outro produtor, o que acarretará em um rico momento de troca de informações. Posteriormente, em conjunto, irão definir a qualidade orgânica ou não daquela propriedade ou grupo. Precisarão ter momentos de capacitação para saberem desempenhar bem essas tarefas, distinguindo os elementos que determinam se uma propriedade segue ou não as regras da agricultura orgânica. Esses momentos, de intercâmbio, definição conjunta de procedimentos, capacitações, serão multiplicados por tantas vezes quantos forem necessária. Essa troca de experiências, o aumento do nível de informação das famílias e o fortalecimento das capacidades dos envolvidos, aumenta sobremaneira na base social daquele território sua capacidade de perceber e buscar soluções para seus problemas e dificuldades, o que é um fundamento para qualquer processo de desenvolvimento local, integral e harmônico.

Assim, no momento atual, onde multiplica-se o número de SPGs, é fundamental que os princípios que os regem estejam consolidados em quem estiver envolvido no trabalho, para que essa metodologia possa trazer todos os benefícios potenciais que sua dinâmica pode acarretar aos envolvidos. Esse é o desafio: crescer com qualidade.

## **Para concluir**

Baseado no exposto, minha percepção é que os SPGs são um caso de sucesso, explicitado nos números significativos que atestam sua forte presença na cena da agricultura orgânica mundial. Sigo surpreendendo-me com o fato de uma proposta que surgiu, como alternativa à certificação por auditoria, de forma modesta, no seio da Cooperativa Coolméia, ganhar uma projeção naqueles instantes inimaginável. Sim, algumas ideias tem uma espécie de força própria.

Mas o sucesso são é apenas por sua presença em tantos lugares e países. É visível também pela qualidade com quem vem permitindo que agricultores familiares de todo o mundo possam ingressar em um mercado crescente, o de produtos orgânicos. Ao entrarem nesses mercados, capitalizam-se e são justos beneficiários desse crescimento. Qualidade que não se limita à geração da credibilidade orgânica dos produtos, mas às outras

vantagens já mencionadas para uma presença mais qualificada dessas famílias agricultoras em seus territórios.

Devemos ficar atentos para que o crescimento exponencial em muitos locais não gerem a um distanciamento dos objetivos e valores que motivaram seu surgimento. Limitá-lo a um sistema de certificação, focando apenas no cumprimento das regras estabelecidas pela legislação, onde essas existem, pode ser um caminho para a desfocar dos seu propósito, como expresso na já citada Carta de Princípios do Foro Brasileiro de SPGs:

*Os SPGs, além de um sistema de garantia, são também um instrumento que contribui para a construção de uma agricultura ecológica democrática, inclusiva e acessível a todos os produtores e consumidores.*

É tarefa de cada um dos envolvidos com esses Sistemas zelar por seu bom funcionamento, trabalhando para que mantenham-se as bases filosóficas sobre a qual desenvolveram-se, sob pena de que os SPGs venham a converter-se em vítimas do seu próprio sucesso.